

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:
As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva
Comparada**

Ana Filipa Magalhães Gomes da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:
Doutora Ana Maria Belchior
Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:
Doutor Andrés Malamud
Investigador Auxiliar
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Outubro, 2013

Agradecimentos

Devo dedicar os meus mais extensos agradecimentos aos orientadores desta dissertação, dos quais depende em grande medida. À Professora Doutora Ana Maria Belchior, que até ao último minuto fez prestar todo o seu apoio e ajuda; é para mim claro que sem os seus conselhos esta dissertação não veria a luz do dia. Ao Doutor Andrés Malamud, com quem pude sempre contar e sempre me motivou a continuar a estudar este tema.

Aos meus pais, que esperam sempre mais de mim, numa espera paciente e meiga, que todos os dias me acrescenta. À minha madrinha, Júlia, cuja contribuição para esta dissertação é valiosíssima, assim como para todas as etapas da minha vida.

Devo ainda agradecer a todos os professores com quem tive a sorte de contactar no Mestrado de Ciência Política, que têm tanto de brilhantismo como de inspirador. Um especial obrigado à Professora Doutora Helena Carvalho que, apenas num semestre, conseguiu actualizar-me sobre os procedimentos de análise estatística que eram, até então, encobertos de mistério para mim.

Deixo também um agradecimento que provavelmente não chegará ao destinatário. No entanto, se pudesse, gostaria de agradecer a boa vontade académica da equipa do Latin America Public Opinion Project que, além de fazer um trabalho mais que meritório, o disponibiliza gratuitamente a quem queira aceder. Enquanto estudante de ciência política, devo deixar expressa a minha admiração por este projecto.

Tenho ainda que agradecer aos meus amigos e colegas, cujo interesse por este trabalho era, por si, só uma motivação preciosa. Em especial ao João Ribeiro que, ao longo de todo o mestrado, foi um amigo e colega de trabalho com quem pude sempre contar.

Ao Pedro, que encarna uma constante distração de trabalho, e a quem devo agradecer por isso mesmo.

Resumo e palavras-chave

Resumo: O presente estudo procura compreender a dinâmica dos regimes considerados híbridos. A partir da análise de alguns indicadores relacionados com a cultura política destes países, procuraremos entender de que forma é que os regimes híbridos revelam níveis de estabilidade positivos.

A pesquisa passa por uma análise comparada e micro, referente ao ano de 2012, dentro da região da América Latina. O modelo de análise passa pela relação entre indicadores culturais – nomeadamente as orientações face à democracia - e os níveis de apoio ao sistema político: estes resultados serão analisados em contraste, dado que os casos de estudo serão divididos entre regimes democráticos e híbridos.

Palavras-chave: regimes híbridos, democracia, apoio ao sistema político, cultura política, transição democrática, América Latina

Abstract and keywords

Abstract: The current study aims to understand the dynamics that are implied in the functioning of hybrid regimes. By considering some variables related to the political culture of these countries, we will look for elements that promote the maintenance of this particularly kind of regimes.

The investigation is made through a comparative and micro analysis, regarding 2012 survey applications, by the Latin America Public Opinion Project (LAPOP). The relationship between the chosen cultural variables –in particularly, the levels of democratic affection - and the levels of political support are on the basis of our research. Our purpose is to deepen the already existing theory that surrounds hybrids regimes with empirical data. We believe that this subject, although it already deserves much attention from comparative politics, has yet many answers to respond.

Keywords: hybrid regimes, democracy, political-support, political culture, democratic transition, Latin America

Índice Geral

Índice de Quadros	v
INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS	1
I. DA DEMOCRATIZAÇÃO À FORMAÇÃO DE REGIMES HÍBRIDOS	3
1.1 Entre a democracia liberal e o governo autoritário	5
1.2 Democracia e instituições na América Latina	9
II. CONCEPTUALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO	12
2.1 A cultura política: operacionalização	12
2.2 Variáveis socio-económicas: operacionalização	15
2.3 O apoio ao regime: operacionalização	16
2.4 A selecção de casos	18
III. METODOLOGIA	22
3.1 Hipóteses de Análise	25
IV. ANÁLISE DE DADOS	28
4.1 Orientações dos indivíduos face à democracia nos regimes democráticos e híbridos da América Latina	28
4.2 Análise de resultados	30
4.3 Apontamentos conclusivos	34
CONCLUSÃO	36
BIBLIOGRAFIA	37
ANEXOS	I
Anexo A – Tabelas 1, 2 e 3.	I
CURRICULUM VITAE	

Índice de Quadros

Capítulo 2

Quadro 2.1	
Pontuações pela <i>Freedom House</i> em 2012	18
Quadro 2.2	
Índice de Liberdade de 2012	21

Capítulo 3

Quadro 3.1	
<i>N</i> da amostra	23
Quadro 3.2	
Variáveis independentes	24
Quadro 3.3	
Análise da regressão nos Regimes Democráticos	26
Quadro 3.4	
Análise da regressão nos Regimes Híbridos	27

Capítulo 4

Quadro 4.1	
Preferência pela democracia	29
Quadro 4.2	
Satisfação e avaliação da democracia	29

INTRODUÇÃO

O estudo sobre processos de democratização tem sofrido constantes actualizações, ao longo do tempo (Rustow, 1970, Munck e Leff, 1997; Huntington, 1991; Welzel, 2008). Todavia, persiste ainda muito por explicar se atendermos ao conjunto de elementos inerentes ou predisposições à formação e consolidação de um regime democrático. O presente estudo, terá como objecto de análise, uma das últimas actualizações sobre o debate que rodeia os processos de transição: a cristalização de um regime híbrido.

A terceira vaga (Huntington, 1991) veio patrocinar a proliferação de uma série de investigações incontornáveis para a política comparada. Não só sobre as democratizações, mas também sobre as novas tipologias de regimes governativos. A dicotomia entre democracias eleitorais e autoritarismos fechados, há muito que se desvaneceu.

Hybrid Regimes or Regimes in Transition (Morlino, 2008) é um desses estudos. A partir das conclusões do autor, apoiadas por dados auferidos pela *Freedom House*, confrontamo-nos com uma série de países (58 de 193) categorizados como “parcialmente livres”, pela *Freedom House*. Morlino conclui que, da terceira vaga, algumas transições inacabadas para a democracia, pela sua longevidade, deixavam de o ser. Com um mínimo de 10 anos, estas transições dão então origem a regimes híbridos, deixando de ser um processo conjuntural e integrando agora as novas tipologias de regime.

A questão pela qual partimos para a análise não é diferente daquela que é a colocada a quem procura entender as consolidações democráticas. Quais são os elementos que melhor explicam a cristalização dos regimes híbridos? E em que medida estes diferem dos que explicam os regimes democráticos consolidados?

Como o âmbito destas questões é muito amplo, iremos cingir-nos a um plano de análise: a alguns indicadores da cultura política da sociedade civil. Estes indicadores têm sido alvo de atenção por parte da literatura e são medidores das orientações políticas dos indivíduos. Procuraremos desta forma perceber quais são os comportamentos e atitudes dos cidadãos que mais contribuem para o apoio ao regime – e logo, a sua manutenção.

A literatura é rica em estudos sobre a consolidação e manutenção democráticas a partir de elementos atitudinais (Diamond, 2001; McClintock, 2001). No entanto, os

mesmos modelos de análise não foram aplicados a regimes híbridos, sobrando um campo científico extenso, ainda por iluminar.

Para cumprir o nosso objectivo de análise iremos executar um estudo comparativo e micro, cujo foco regional é a América Latina. Adoptaremos como casos 16 países da região, subdivididos em dois grupos de 8: um grupo de democracias e outro de híbridos. A análise será feita com base nos inquéritos aplicados às populações do *Barometro de las Americas* de 2012, e a partir dos quais procuraremos verificar qual a interdependência existente entre a cultura política da sociedade civil e o apoio dado aos respectivos regimes. A aplicação destes inquéritos é um projecto executado pelo Latin America Public Opinion Project (LAPOP).

Consideramos que esta comparação entre tipos de regime - oriundos da mesma transição e associados, cultural e territorialmente - pode contribuir dentro da área científica da política comparada e em particular, para a compreensão dos regimes híbridos ou mistos (aqui conceitos equivalentes).

Partimos de dois pressupostos ou convicções essenciais. O primeiro é o de que é incontestável que os regimes híbridos são novas formas de organização política, tipologicamente aceites, e não uma disposição conjuntural de forma governativa. O segundo é que a compreensão da manutenção dos regimes híbridos não estará nunca completa sem a análise do papel das instituições bem como das componentes socio-económicas e históricas. O estudo de alguns indicadores da cultura política, embora fundamental no entendimento de um regime, é uma parte pequena de um estudo amplo e desenvolvido, que consiga realmente assimilar aquilo que um regime deste cariz integra.

O nosso estudo principia pela revisão teórica referente aos processos de transição e tipologias existentes referentes aos regimes híbridos, seguida sobre uma breve contextualização da região da América Latina. Numa segunda etapa procede-se à definição dos conceitos com que iremos trabalhar na análise estatística, nomeadamente dos indicadores de cultura política que escolhemos e o apoio ao regime. Neste capítulo será também justificada a selecção da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Panamá, República Dominicana e Uruguai para representantes das democracias, e da Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela, para representarem o grupo de regimes híbridos.

No terceiro capítulo procederemos à apresentação das variáveis do modelo de análise, à apresentação da metodologia e à formulação de algumas hipóteses decorrentes da análise. No quarto capítulo iremos analisar os resultados a que chegamos, retirando algumas notas conclusivas.

I. DA DEMOCRATIZAÇÃO À FORMAÇÃO DE REGIMES HÍBRIDOS

A terceira vaga de democratizações, que encerrou a década de 70, mas que na região da América Latina tomou também a década de 80 (ocorre entre 1978 e 1992), impeliu as transições para a democracia em 16 países da região (Mainwaring e Pérez-Liñan, 2005), países estes que procuravam juntar-se três democracias já existentes, da Colômbia, da Costa Rica e Venezuela. À exceção do Haiti e de Cuba, este grupo de países (com uma Colômbia reincidente) projectava um fim para o seu passado autoritário, ou rebelde, seja através de uma transição por derrube, reforma ou negociação (Huntington, 1991).

No entanto, devido a uma série de factores muitos desses regimes não são, nos dias de hoje, ainda classificados como democracias consolidadas. Independentemente das definições de democracia que decidirmos adoptar, verificamos que em muitos países da América Latina todos os critérios que estabelecem uma democracia eleitoral estabilizada não são preenchidos. Para além disso, concordamos com Carothers (2002), na apreciação de que a literatura referente à terceira vaga tenha talvez gerado um “paradigma” de transições; ou seja, a teoria pressupõe que a seguir a um processo de transição surgiria – intuitivamente – uma nova democracia. Uma ideia que merece reconsideração face ao aparecimento de regimes com novas formas de governo, nem totalmente autoritárias, nem inteiramente democráticas.

O certo é que a *third reverse way* (terceira vaga invertida) anunciada por Huntington (1991, 1992, 1996), verifica-se; não somente num sentido linear, de rumo aos autoritarismos abandonados, mas a alguma *memorabilia* institucional ou atitudinal deixada por estes. Para Diamond (2002: 22), inclusive, há agora “mais do que nunca” muitos regimes que “adoptam formas de democracia eleitoral, com eleições regulares, competitivas e multipartidárias” mas, no entanto, muitos deles existem e têm a aparência democrática mas falham no “teste substantivo”, inteira ou parcialmente.

Deste modo, o primeiro entendimento a que podemos chegar, sobre aquilo que causa a formação de um regime híbrido a nível temporal é, nas palavras de Alexander

(2008), “um colapso do regime autoritário e a falha na transição para a democracia consolidada”.

Tendo esta noção em mente – de que a antecâmara para a formação de um regime híbrido é uma transição para a democracia, mas mal sucedida – importa rever aquilo que é e o que comporta uma transição democrática. Por processo de democratização entendemos uma passagem de uma forma não-democrática de regime para uma forma democrática (Huntington, 1991), sendo que Munck e Leff (1997) e Welzel (2008) defendem que o tipo de transição é definidor do futuro democrático.

Como já referimos, Huntington (1991) fala de transições por derrube, reforma ou negociação, enquanto Munck e Leff, ainda em 1997, entendiam as transições de quatro modos: a reforma pela base (*from below*), por transacção (*through transaction*), por desimpedimento (*through extrication*) e por ruptura (*through rupture*). No entanto, Welzel (2008) giza uma tipologia que nos parece mais interessante para a região da América Latina, em particular. O autor (pp. 87-88) a partir do grau de pressão das massas desenha um quadro tipológico de quatro categorias: a primeira é aquele onde existe efectivamente uma demanda populacional pela democracia e respectivas liberdades e direitos: a *democratização responsiva* (*responsive democratization*). As outras três categorias definidas pelo autor, já não surgem de uma pressão por parte da população, mas sim nalgum interesse particular das elites. Segundo Welzel, estes tipos de democratização, resultam em democracias “socialmente desapegadas” ou indiferentes, em detrimento de democracias “socialmente engajadas”, as únicas que são “socialmente sustentáveis”.

A *democratização esclarecida* (*enlightened democratization*) parte das próprias elites, que optam por uma forma democrática de regime sem existir pressão das massas. Os outros dois tipos de democratização são, presentemente, os mais interessantes.

Assim, deparamo-nos com: a democratização imposta (*imposed democratization*) e a democratização oportunista (*opportunistic democratization*). Enquanto a primeira é resultante de uma pressão externa e não interna para a democracia, a segunda surge de um aproveitamento de regalias concedidas pela adopção do modelo democrático, mesmo que esta seja apenas na forma. Este último tipo de processo de democratização grassa, segundo o autor, a partir da aplicação do Consenso de Washington. Como se sabe este conjunto de recomendações macroeconómicas era fundamentalmente dirigido aos “países do Sul”, nomeadamente aqueles que compõe a

América Latina; o Consenso estipulava que o bom cumprimento das recomendações política-económica era premiado com créditos disponibilizados pelos Estados Unidos da América. Assim pode-se afirmar que as elites latino-americanas teriam todo o interesse na aplicação das normas do Ocidente – inserindo-se o processo de democratização nestes países na categoria de *democratização oportunista*.

Finalmente, Welzel refere como exemplo de *democratização imposta*, aquela que foi instigada pelos países aliados, depois da II Guerra Mundial, à Itália, Áustria ou à República Federal Alemã. No entanto, esta imposição do modelo democrático acontece mesmo nos dias de hoje, se bem de que outra forma e com outras motivações – nomeadamente a partir dos observadores externos. Como Diamond (2002: 22) refere, são cada vez mais prementes as expectativas internacionais sobre a adopção da democracia eleitoral, quer ao nível das exigências quer ao nível dos *standards* acordados. Para o autor há um aumento da pressão externa, na forma de observadores internacionais, bem como do próprio “escrutínio de práticas democráticas em países individuais”. Por exemplo, a NATO, o FMI, o Banco Mundial ou a União Europeia, exigem aos países que se querem tornar membro ou que querem beneficiar das suas ajudas, um sistema democrático em funcionamento (Lipset, 1993). No entanto esta pressão, pode ter tido efeitos contrários ao previsto, levando a uma camuflagem de práticas autoritárias ou iliberais, resguardadas pela aparência democrática: ou seja, uma combinação híbrida e difundida que resulta no tipo de regime que iremos agora analisar.

1.1 Entre a democracia liberal e o governo autoritário

Muito já foi escrito sobre os pré-requisitos à formação (ou transição) democrática e, depois, à consolidação e durabilidade democráticas. Da segunda metade do século XX esta seria a grande questão deixada aos cientistas políticos, dentro da política comparada.

Por exemplo, durante os anos 70, pode-se assistir a um aprofundamento da teoria ligada à formação e contribuição democrática. Enquanto Lijphart (1977) em *Democracy and Plural Societies* se foca no papel das instituições políticas na democratização e consolidação democrática, sugerindo mesmo uma forma de “democracia consociativa”, assente na distribuição de poder e dissipação de maiorias, a equipa de Przeworski e

Limongi (1993)¹ encontrava sérias e estreitas correlações entre as performances económicas (nomeadamente no que toca à distribuição de riqueza e rendimento per capita) e a qualidade da democracia. Lipset (apud Hadenius, 1994; 1996), por seu turno - sem desconsiderar o arranjo institucional – aponta o padrão sociológico de determinado regime como elemento que mais justifica o nível e a qualidade de democracia, valorizando indicadores como a educação, urbanização ou industrialização – no caso da América Latina, o catolicismo.

Linz (1996) a partir de estudos dos diferentes regimes presidencialistas e parlamentaristas procura compreender qual das duas formas de governo melhor favorece a democracia, e a respectiva estabilidade. Sobre o mesmo tópico, O'Donnell (1994) considera que os mais importantes indicadores para a formação democrática são o conjuntural e o contextual, a realidade socioeconómica e os factores históricos, respectivamente.

Assim, antes de passarmos à nomeação das diferentes categorias de regime que nem satisfazem os requisitos democráticos nem os autoritários, prender-nos-emos nas definições de democracia e a autoritarismo.

Para o conceito de democracia recorreremos aos cinco critérios estipulados por Dahl (1998) definidores de democracia que assentam no princípio-raíz de que todos os sujeitos são actores “politicamente iguais” (pp. 37). Para o funcionamento de um governo democrático, Dahl prevê: uma “participação efectiva”, a “igualdade de voto”, uma “compreensão esclarecida”, um “controlo da agenda” e a “inclusão de adultos”. Se estas categorias forem todas preenchidas estamos perante um regime democrático pluralista, gerador de oportunidades iguais, de participação inclusiva, controlo do processo democrático e cidadania activa.

Numa fase posterior, o desafio teórico a responder, é não somente a procura dos motivadores institucionais ou socio-económicos da democracia, mas também de motivadores para a estabilidade da mesma. Blanco e Grier (2009), caracterizam a instabilidade política na América Latina como “endémica”, provando que os regimes democráticos mais duráveis são, paradoxalmente, mais passíveis à instabilidade política, enquanto os regimes autoritários sofrem de menor instabilidade. De que modo a estabilidade está associado ao apoio ao regime (e logo, à legitimidade do mesmo), é o que iremos tentar compreender.

¹ Ver também Przeworski (1995) e Przeworski (2005).

Antes de mais, importa referir que não nos deteremos com uma extensa revisão tipológica, salientando antes as categorizações que julgamos mais relevantes² e adequadas para a análise a ser feita. Optamos ainda pela utilização genérica do termo “regime híbrido” por ser o mais abrangente (tanto quanto “cinzento” ou “misto”) e o menos conotativo com determinadas conceptualizações.

Como foi já referido o surgimento de um regime de carácter híbrido está normalmente associado com uma transição democrática inacabada. Como refere Morlino (2009, pp. 275), neste período transitório ou de democracia peregrina, a recuperação total do aparelho autoritário que garantiria a estabilidade desse regime, é “muito menos frequente”.

Muitos autores têm-se debruçado nas novas tipologias de regime, com recurso aos novos casos da terceira vaga (O’Donnel, 1993; Levitsky and Way, 2002; Croissant e Merkel, 2004; Diamond, 2003; Schmitter, 1996; Morlino, 2008, 2009; Snyder, 2006; Olcott e Ottaway, 1999) e reportado um tipo de regime que fica algures cristalizado dentro do processo de democratização. Entre o surgimento do conceito de “democracia delegatória” (O’Donnel, 1993) e o conceito de “autoritarismo competitivo” (Levitsky and Way, 2002), surge um aprofundamento daquele que é o meio caminho entre os autoritarismos fechados e as democracias eleitorais.

A questão de fundo nestas tipologias relaciona-se o caminho escolhido para os períodos transitórios. De acordo com Brill Olcott e Ottaway (1999) depois de uma transição inacabada existem três caminhos: ou o sistema político retorna às origens fechadas autoritárias (“*fully closed authoritarianism*”), ou avançariam face à democracia ou – finalmente - persistiriam na mesma forma de governação (instituída durante o processo de transição) ou seja, num regime “cinzento”. A partir destes três caminhos são então postulados novos tipos de regime. Entre os quais aquele que é cunhado pelos autores, de “semi-autoritarismo”.

A caracterização do “novo animal” de que nos fala O’Donnell (1994), as *democracias delegatórias*, é coincidente com o primeiro avanço teórico dado, face à aceitação tipológica de regimes mistos. Apesar do autor ver este “novo animal” como uma forma democrática (distinta da democracia representativa), O’Donnell apresenta observações que abrem portas às novas tipologias de regimes. As democracias delegatórias são caracterizadas por dois aspectos: a não consolidação e a não

² Para uma revisão conceptual mais aprofundada e crítica, ver Wigell, 2008.

institucionalização da democracia. Enquanto O'Donnell vê daqui o caminho face à formação destas democracias, mais tarde a teoria seguiria o mesmo trilho para justificar a constituição e consolidação dos regimes híbridos. É interessante notar que dentro da América Latina, O'Donnell refere como exemplos a Argentina, o Brasil e o Peru países que são actualmente classificados de forma diferente (merecem as pontuações correspondente às democracias eleitorais, pela *Freedom House*).

Diamond et al. (apud Diamond, 2002) apresentam um resumo daquilo que é um regime misto - esse que medeia as democracias liberais e eleitorais dos autoritarismos hegemónicos e politicamente fechados e cujos autores cunham de “semidemocracias”. São regimes onde “o poder efectivo dos governantes eleitos é tão limitado, ou a competição partidária é tão restrita, ou a liberdade e justiça das eleições estão tão comprometidas que os resultados eleitorais, embora competitivos, continuam a desviar-se significativamente das preferências populares; e/ou onde as liberdades civis e políticas são tão limitadas que algumas orientações e interesses políticos não se conseguem organizar e expressar por si próprios” (Diamond, 2002: 25).

A segunda classificação tipológica que decidimos sublinhar é a de O'Donnell e Schmitter (1986) e Schmitter (1996). Os autores relevam uma classificação bipartida. As *democraduras* e as *dictablandas*. Este último conceito corresponde a um projecto autoritário que preserva algumas liberdades civis, ou mesmo todas, mantendo o aparelho político fechado e antidemocrático. Por oposição o conceito de *democradura*, refere-se a um regime em que as instituições principais de uma democracia regular estão presentes (como são as eleições) mas os direitos civis e liberdades são estrangidos como num regime autoritário.

A terceira e última classificação aqui em destaque. Morlino em *Hybrid Regimes or Regimes in Transition?* (2008) define estes regimes como “formas de governo “presas” entre um arranjo não-democrático (particularmente no sentido de ser tradicional, autoritários e pós-totalitário) e um democrático”. Ou seja, são regimes que estagnaram durante um período transitório, onde as instituições democráticas preservam laivos do regime autoritário anterior, e onde não são garantidas todas as liberdades civis e/ou todos os direitos políticos.

Para Morlino é a vertente temporal que é fundadora deste tipo de regimes, sendo que um processo transitório que ultrapasse a barreira dos 10 anos, deixa de o ser, passando a formar um regime “cinzento”.

Para além desta definição primária, o autor cunha ainda o seu modelo com uma tipologia tripartida de regimes híbridos, que será adiante adotada:

- a) Os de “*democracia protegida*”: quando há um actor ou conjunto de actores que limitam os processos de decisão e tomam para si parte da gestão interna da vida política (um partido dominante ou as camadas militares, por exemplo). Morlino, dentro do nosso grupo de regimes híbridos, apresenta a Venezuela como exemplo desta categoria;
- b) Os de “*democracia limitada*”: uma parte consistente do funcionamento democrático é falível, seja a imprensa livre, a garantia de direitos civis ou uma efetiva competição partidária. Note-se que uma falibilidade parcial e não total;
- c) Os de “*democracia sem lei*”: este tipo de regime é o mais presente nos governos híbridos da América Latina em estudo, englobando a Bolívia, a Colômbia, o Ecuador, o Guatemala, as Honduras, o Paraguai e a Nicarágua. Caracteriza-se por uma “disseminação da ilegalidade, na qual o estado é incapaz de sustentar seja o processo eleitoral que distingue uma democracia completa ou liberal, seja a proteção adequada dos direitos civis, devido a um funcionamento inadequado ou inexistente das instituições legais”, (Morlino, 2008: 10).

Dado este suporte teórica, que nos mostra quais as principais falhas ou incompletudes dos regimes cinzentos, resta-nos então retomarmos a questão de partida: quais os elementos ligados à cultura política que favorecem a manutenção dos sistemas mistos? Qual o papel das orientações democráticas nestas sociedades? Porém, antes de procedermos à conceptualização e análise, faremos o levantamento de alguns indicadores apontados pela literatura, que funcionam como impedimentos à constituição da democracia.

1.2 Democracia e instituições na América Latina

Neste capítulo procuraremos apontar alguns indicadores que funcionam, dentro do espectro da América Latina e não caso a caso, como obstrutores gerais à democracia. Estes indicadores não são sempre partilhados por todos os países em análise mas são, ainda assim, estruturais à região. Já referimos que o tipo de democratização é um indicador teórico útil para o entendimento do progresso político dos regimes, mas é ainda necessário observar a realidade socio-económica desta região.

O primeiro indicador que podemos referir é um que está também presente nas democracias da Europa do Sul e intimamente ligado à própria biologia destes regimes: a falta de institucionalização do sistema partidário (Mainwaring e Scully, 1995; Coppedge, 2001). Este é um “síndrome” particularmente influente em jovens democracias – neste caso – aquelas compreendidas pela *terceira vaga* de democratizações (Huntington, 1991).

A fraca institucionalização do sistema partidário, com o aparecimento e desaparecimento de partidos e actores políticos dá aso a uma série de imprevistos políticos que permitem uma maior volatilidade do voto e, acima de tudo – para a cultura política aqui em consideração – pode-se tornar obstáculo ao envolvimento da sociedade civil nas plataformas e momentos de decisão democrática. Bem como à consolidação da própria cultura política, formada de tradições atitudinais e de participação marcadamente constantes. O distanciamento entre os actores políticos e o eleitorado é um factor decisivo no enfraquecimento da democracia, visto permitir uma maior impunidade aos actores da arena política, facilitando a corrupção, a desefecção democrática e o cepticismo político.

A corrupção é o segundo factor que aqui seleccionámos. Apoiados nos índices de percepção construídos pela organização Transparency International, (Anexos - Tabela 2), gerados a partir de vários inquéritos aplicados às populações, e cuja escala – de 0 a 100 – indica a avaliação do nível da corrupção. O valor 0 indica que os cidadãos vêm o seu país como muito corrupto, enquanto o nível 100 representa uma percepção de baixa corrupção. Como podemos verificar na Tabela 2, dos Anexos, apenas o Chile, a Costa Rica e o Uruguai apresentam níveis de percepção positivos: sinónimo de o país ser visto como pouco corrupto. Com destaque para o Chile e o Uruguai, com níveis mais elevados, de 72 pontos. De resto, todos os outros 17 países que formam a América Latina apresentam níveis de percepção inferiores a 50, o que na presente escala, é significado de uma avaliação negativa, onde o país é visto como corrupto. O Haiti, o Paraguai e a Venezuela apresentam os piores resultados.

A instabilidade social e económica, com reflexos na insegurança e delinquência sociais e em elevadas taxas de desemprego ou de desigualdade económica – respectivamente – são obstrutores determinantes à estabilidade dos regimes; sejam democráticos ou híbridos. Para Blanco e Grier (2009) a desigualdade económica, o tipo de regime e a questão étnica são três elementos determinantes para a instabilidade

política desta região sociogeográfica. Como foi já referido, os autores consideram “endémica” a instabilidade política, pelo que pode concluir, do seu estudo, que a instabilidade se autoperpetua, a partir de políticas de governança insuficientes (Butkiewicz e Yanikkaya, 2005 apud Blanco e Grier, 2009).

Também Huntington (2006: 21) defende que o desenvolvimento económico é um elemento de correlação fundamental com a existência de políticas democráticas: “a maior parte dos países ricos são democráticos, e a maioria dos países democráticos são ricos”. A questão da riqueza económica (ou da pobreza) dos países é talvez, para o autor que criou o conceito de “vagas de democratização” a principal justificação para as transições falhadas da terceira vaga. No entanto há que atentar não só ao crescimento económico mas também aos níveis de distribuição da riqueza. As sociedades latino-americanas tendem a ser desiguais. Na Tabela 3 (Anexos) podemos verificá-lo, a partir dos respectivos índices de Gini e taxas de desemprego.

Schmitter (1996) entende ainda, que a democracia por si não seja a forma de governo mais “eficiente” no espectro económico. O autor assume que um processo de democratização não resolve imediatamente os problemas sociais, culturais, económicos, administrativos e políticos. Estes dois pontos merecem maior atenção no caso da América Latina, cuja década de 80 é para estes países conhecida como a “década perdida”, graças à crise da dívida que grassou pelo continente. Esta crise veio a dificultar a democratização (nalguns países conflituosa) que, desde que começara trouxera ainda poucos frutos para os seus cidadãos. Esta crise, que marcou os países da América Latina durante a década de 80, foi um golpe duro para os países acabados de sair de processos de democratização, por vezes conflituosos, como na Argentina ou no Chile.

Lewis (2006) fala mesmo de uma “cultura antidemocrática”, disseminada pela América Latina. Com raízes nas sociedades espanhola e portuguesa, antigos colonizadores e na própria dinâmica da colonização (com recurso à escravatura e à conquista) e, por último, nos processos de independência, marcadamente violentos, o autor encara a cultura latino-americana como favorável a tendências autoritárias e, logo, um obstáculo à consolidação democrática.

Estes indicadores dão-nos ideia do quão difícil pode ser trilhar os caminhos que podem justificar uma desaceleração do processo democrático. O mais importante a reter aqui é que – ao procurar medir o impacto dos elementos da cultura política na

manutenção dos regimes híbridos, por comparação aos democráticos – não estamos a sugerir que é a cultura política que impede a fundação democrática. São inúmeros os factores e cremos que um estudo alargado terá que ser realizado de modo a melhor compreender a causalidade destas formas cinzentas de governação. Presentemente, apesar de nos cingirmos ao ano de 2012, iremos analisar um conjunto de 16 casos a partir de uma série de indicadores ligados à cultura política: a tolerância, a confiança social, a informação e a aproximação a valores democráticos. Ver de que forma estes indicadores influem no nível de apoio da sociedade civil aos regimes, é o nosso objectivo.

II. CONCEPTUALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

Para a conceptualização do presente estudo é importante notar que o que procuraremos não será o ponto de saturação do regime mas sim a identificação dos elementos ligados à cultura política que fornecem sustento para a manutenção dos dois tipos de sistema governativo: as democracias e os regimes mistos.

No presente capítulo iremos definir primeiramente os conceitos que iremos estudar. Esses conceitos são a cultura política e o apoio ao regime. Em segundo lugar apresentaremos os casos seleccionados e respectivos critérios de selecção.

2.1 A cultura política: operacionalização

Como foi já referido, o propósito da presente análise é a diferenciação do impacto de alguns indicadores ligados à cultura política nos níveis de apoio aos regimes democráticos, por contraste aos níveis de apoio aos regimes híbridos – com especial incidência nas orientações políticas dos indivíduos. O intuito é compreender quais são os indicadores que melhor funcionam como vectores significativos na explicação da manutenção de regimes híbridos.

Como Fukuyama (1996) refere, a consolidação da democracia deve existir em quatro níveis: no da ideologia, no das instituições, na sociedade civil e na cultura. Este último será o que aqui merecerá particular atenção.

Booth e Richard (2009:7) afirmam que “os casos da América Latina são interessantes dado que oferecem a oportunidade de examinar o capital político em democracias incipientes, em vez das estabilizadas. As ligações entre contexto, capital

social e capital político em regimes que caminham face à democracia podem oferecer uma luz crítica nos mecanismos pelos quais as democracias operam e se consolidam”.

Esta consideração, para além de – no presente estudo – apoiar a análise comparativa, subdividida entre países democráticos e híbridos, introduz ainda um conceito que é fundamental para o emolduramento teórico da pesquisa: o de capital político, aqui equivalente à noção de cultura política.

Fukuyama (1996: 321) define cultura como um “hábito ético e a-racional passado pela tradição” ligado a fenómenos como “a estrutura familiar, a religião, os valores morais, a consciência étnica”, o civismo e as tradições históricas particulares”. É para o autor a quarta dimensão da consolidação democrática e aquela em que se baseia a sociedade civil.

Dentro da teoria que aborda a cultura política, observaremos três grandes focos de análise dentro dos comportamentos e atitudes políticas da sociedade civil: os níveis de tolerância, os níveis de confiança institucional e, finalmente, o posicionamento da sociedade face aos valores democráticos. Diamond (1998: ?) alega que a presença de determinados valores e orientações políticos por parte dos cidadãos é parte intrínseca da democracia, nomeadamente, “a moderação, a tolerância, a civilidade, a eficácia, o conhecimento e a participação”.

Assim, através de uma análise comparativa testaremos o mesmo grupo de variáveis procedentes da cultura política em regimes híbridos estáveis e regimes democráticos estáveis. Algumas variáveis são, como foi já referido, associadas a alguns problemas emergentes do grupo de países da América Latina, que podem também explicar os diferentes níveis de apoio. Este segundo grupo de variáveis, apoiadas na conjuntura e na sua pertinência, procuram não desligar a análise do presente contexto socio-económico e serão nomeadas de seguida.

Quanto ao grupo de variáveis que utilizaremos e que pertencem aos indicadores de cultura política, integram os seguintes temas: a tolerância política, o interesse pela política, a confiança social, e as atitudes face a valores democráticos. Estes indicadores são seleccionados a partir do cruzamento entre: aquilo que é disponibilizado pelo próprio inquérito (*Barometro de Las Americas*) com o que a literatura nos aponta como elementar, na cultura política. O impacto destes indicadores nos níveis de apoio ao regime gerará os resultados a que queremos chegar. Algumas hipóteses derivadas do modelo de análise serão ainda referidas, no Capítulo III.

A tolerância é um indicador que tem sido recentemente salientado pela literatura (Seligson, 2000). Este grupo de indicadores procura auferir “qual o grau de respeito que os cidadãos expressam pelos direitos políticos dos outros”, sendo, portanto, um importante valor democrático. Corresponde presentemente a duas variáveis: a tolerância do inquirido face a que “pessoas que apenas falam mal do sistema de governo do seu país” exerçam: a) o voto e b) manifestações pacíficas de modo a expressar o seu ponto de vista.

Outro grupo de variáveis abrangidas pela cultura política é o de interesse pela política. Klingemann (2013) no estudo que faz sobre a desafecção dos democratas europeus utiliza uma bateria de indicadores similar a que chama de “motivação política” – uma etiqueta que nos parece bastante apropriada, visto que o objecto de medição é o papel da política na vida dos cidadãos. Assim, na presente análise, este grupo de variáveis tem quatro representantes: o contacto dos inquiridos com os meios de informação (se procuram notícias na televisão, internet ou jornais); o nível de compreensão que o inquirido admite ter em relação à actualidade política; o interesse pela política e finalmente, um indicador que avalia o sentimento de integração política³ - em que é perguntado ao cidadão se este considera que os governantes têm em consideração o que ele pensa.

Dentro das variáveis ligadas à cultura política, está também presente a de confiança inter-pessoal. Este indicador – de capital social – tem tido um papel consensual na literatura, no que toca à sua relação com a estabilidade ou o apoio democrático (Putnam, ; Inglehart, 1997; Klingemann, 2013). Neste estudo para medir a confiança inter-pessoal, o inquirido é questionado sobre o nível de confiança que considera que a sua comunidade merece.

Finalmente, o último grupo de preditoras associadas à cultura política é correspondente às orientações políticas dos indivíduos. Esta bateria corresponde ao maior foco de interessa da pesquisa. São indicadores com uma presença assídua na política comparada dedicada à cultura política (Inglehart, 1997; Diamond, 1998; Klesner, 2001; Schedler, 2001 e Klingmann, 2013). Note-se que, apesar da pesquisa incidir também sobre regimes híbridos, ou seja, regimes cujo alcance democrático é limitado, não implica que os cidadãos não consigam posicionar-se face aos valores democráticos – de uma forma mais específica ou difusa (Easton, 1975). Tal como refere

³ Todas as questões estão disponíveis no quadro 3.1.

Klingmann (2013: 7): “faz todo o sentido manter esta questão, independentemente de o regime ser ou não uma democracia; se o país não for uma democracia, um democrata deve manifestar-se insatisfeito com a performance democrática; se o respondente é não democrata, ele deve estar satisfeito”. Como tal, para a presente pesquisa escolheram-se quatro variáveis que pudessem fazer esta medição: a de satisfação com a democracia; a avaliação do grau de democracia no país onde o inquirido vive; a preferência entre a democracia eleitoral ou um líder forte e, por último, é perguntado ao inquirido se considera que a democracia é o melhor sistema político, de entre todos os outros. O segundo grupo de variáveis foca-se na abertura dos cidadãos – em tempos de crises – à formação de um golpe de estado, por parte das forças Armadas e da dissolução do Congresso e do Supremo Tribunal de Justiça, de modo a alargar os poderes do chefe de Estado, o Presidente⁴.

2.2 Variáveis socio-económicas: operacionalização

Primeiramente, na Tabela 1 (Anexos) podemos observar quais são os mais graves problemas assinalados pelos cidadãos nos respectivos países. Esta tabela é derivada do mesmo inquérito utilizado na análise, o *Barometro de las Americas*, e surge da preocupação com a realidade socioeconómica presente destes países. É apresentado ao inquirido um conjunto de problemas, como a falta de serviços de saúde ou de educação, ou o desemprego (por exemplo) e este deve escolher apenas um – aquele que considera ser o mais grave no seu país. Julgamos que é uma informação muito relevante, não só por imprimir a actualidade na análise, mas também por introduzir elementos que, decididamente, têm impacto nos níveis de apoio ao regime.

Como podemos verificar, aquele que é considerado o maior problema que os países enfrentam é, esmagadoramente, a delinquência ou crime, seguido dos problemas económicos e, em terceiro lugar, a falta de segurança. Estes elementos formarão então duas variáveis independentes, que são a avaliação da situação económica do inquirido

⁴ As questões são bipartidas: “justificar-se-ia um golpe de estado é tomada de poder por parte das Forças Armadas em caso de a) nível de desemprego muito alto; b) muita corrupção”. “Perante tempos conturbados justifica-se que o Presidente dissolva: a) o Congresso; b) o Supremo Tribunal de Justiça”.

para além do rendimento do agregado, que consta dos indicadores sociodemográficos) e a percepção do nível de delinquência no bairro de habitação dos inquiridos⁵.

A corrupção será também transformada em variável preditora dado que – como foi já mencionado (Tabela 2) – tem demasiada relevância na maioria dos países da América Latina, (Klesner, 2001; Zéphyr, 2008). “O estudo das consequências da corrupção na estabilidade democrática no contexto da América Latina é particularmente relevante, dado que indicadores globais de corrupção mostram que os países da região mostram como evidentes os elevados níveis de corrupção” (Zéphyr, 2008: 251)

2.3 O apoio ao regime: operacionalização

O apoio sistema político (aqui contíguo de manutenção) é o conceito gerador da nossa variável dependente, visto ser aquilo que procuraremos compreender e justificar – nomeadamente no grupo de regimes híbridos. Manutenção do sistema e apoio ao sistema são normalmente indissociáveis, a não ser que estejamos na presença de um regime autoritário e repressivo. Como podemos induzir e rever na literatura, um regime é tanto mais duradouro quanto mais for apoiado pelos seus cidadãos (e não somente pelo eleitorado), sendo que este apoio é o que o separa das crises políticas e, logo, das quebras de regime (Inglehart, 1997; Seligson e Carrión, 2002). Esta é uma consideração pacífica quando nos referimos a regimes democráticos. No entanto, teremos que acautelar-nos com a mesma afirmação, em relação aos regimes híbridos. No entanto, mesmo considerando que a manutenção dos regimes híbridos é conseguida sem o aval do poder público (se for feita, por exemplo, a partir de eleições fraudulentas), esta é uma hipótese que não afecta a pesquisa, dado que passa por uma análise micro – baseada em atitudes e percepções. Deste modo, quando falamos de apoio ao regime, estamos também a falar da capacidade de manutenção do mesmo, sendo que esta manutenção é feita ao nível das bases – é reflexo das orientações políticas dos cidadãos.

Ao nível estatístico, faremos equivaler o conceito de “apoio ao regime” a uma escala inteiramente recuperada de um estudo feito por Seligson, apoiado em Easton (2000). É conhecida pela Escala Apoio-Alienação Política (*Support-Alienation Political Scale*). É sumariamente construída a partir de cinco questões:

⁵ Correspondem às seguintes questões: “Em geral como qualificaria a sua situação económica? Muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?” e “Até que ponto diria que o seu bairro é afectado por gangues? Muito, algo, pouco ou nada?”.

1. Até que ponto acredita que os tribunais do seu país garantem um julgamento justo?
2. Até que ponto tem respeito pelas instituições políticas do seu país?
3. Até que ponto acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político do seu país?
4. Até que ponto se sente orgulhoso de viver sob o sistema político do seu país?
5. Até que ponto acha que se deve apoiar o sistema político do seu país?

Como podemos verificar estas questões resumizam componentes essenciais para o apoio a determinado regime político: aquilo que é o “respeito”, o orgulho e o próprio apoio são conceitos relativos a sentimentos em relação aos quais o posicionamento das populações é determinante para a manutenção do sistema político. Não podemos acreditar que um cidadão que não se sinta orgulhoso do sistema político que integra, que não tenha respeito pelas instituições (tendo mesmo desrespeito) e que não ache que deva apoiar o sistema político do qual é parte, possa preferir a continuidade do mesmo, ao invés de uma ruptura (do cidadão enquanto actor político ou do próprio regime). Como sugere a escala, o oposto do apoio ao regime não é a tendência para o derrube do mesmo – mas antes a alienação do indivíduo face ao sistema político: sintoma fundador do cepticismo cultural (Seligson e Carrión, 2002) ou da desafecção democrática (Torcal, 2000). Esta alienação corresponde a um sentimento de apatia ou indiferença face à vida política do seu país. Os resultados passam por reduzidos níveis de confiança nas instituições políticas (partidos, assembleia, presidente da república, etc.) e também por uma fraca participação eleitoral ou noutro momento de decisão política. Para Seligson (2000), a Escala de Apoio-Alienação Política é também régua de medição do nível de legitimidade do próprio regime, ao contrário dos indicadores de confiança inter-pessoal e satisfação com a vida, utilizados até à data.

No entanto, na presente pesquisa esta escala mede apenas o nível de apoio ao regime e corresponde, portanto, à nossa variável dependente.

Relembramos ainda que o apoio aqui entendido não é entendido como o apoio democrático - como o analisado por Diamond em 1998. Visto que o nosso objecto principal de estudo são os regimes híbridos, o apoio será visto através de uma lente mais abrangente, que operacionaliza tanto indicadores associados a valores democráticos, como antidemocráticos (abertura à formação de governos militares, por exemplo).

2.4. A selecção de casos

Seleccionam-se 16 dos 20 países constituintes da América Latina, que serão estudados de modo bipartido: ou seja, por dois grupos de casos, apartados pelos rankings conferidos pela *Freedom House*, durante o lapso temporal pretendido (de 2002 a 2012). Assim, contaremos com um grupo de 8 países com regimes democráticos e outro grupo com 8 países de regimes híbridos ou cinzentos:

Quadro 2.1

Fontes: *Freedom House*

Reg. Democráticos	<i>Free</i>	Regimes Híbridos	<i>Partly Free</i>
Argentina	2	Bolívia	3
Brasil	2	Colômbia	3,5
Chile	1	Equador	3
Costa Rica	1	Guatemala	3,5
El Salvador	2,5	Honduras	4
Panamá	1,5	Nicarágua	4,5
R. Dominicana	2	Paraguai	3
Uruguai	1	Venezuela	5

A matriz seguida para a selecção de casos está presente no quadro 2.1. No quadro estão presentes as cotações conferidas pela *Freedom House*, pelo programa *Freedom in the World*, desde 2002 até 2012. Este programa confere gradações de “liberdade” anualmente e a partir de uma pontuação dividida em Direitos Políticos e Liberdades Civas; da junção destas duas pontuações – que são atribuídas numa escala de 1 a 7 - auferese o nível de liberdade.

Aquilo que a *Freedom House* chama de liberdade corresponde em vários pontos aos requisitos definidos por Dahl (1971) à formação de uma poliarquia. Os critérios coincidentes são: a participação livre no processo eleitoral; o voto livre em eleições legítimas; o direito à representação política; a liberdade de expressão (e crença) e, em último, a liberdade de organização e associação. Dahl em *Poliarquia* (1971) acrescenta ainda o direito a competir no sistema eleitoral e a existência de instituições que controlem e correspondam as políticas públicas com o voto ou outras expressões de preferência.

Não podemos, porém, deixar de referir uma reserva: vários autores têm apontado sérias críticas à objectividade das pontuações conferidas pela *Freedom House*, nomeadamente a regimes cujo governo é socialista (McClinktock, 2001 e Morlino, 2008). Não ficamos impassíveis em relação a essas ponderações. No entanto, as pontuações conferidas pela Polity IV são motivadas por elementos originários das instituições políticas propriamente ditas, como as eleições ou a formação de elites; tendo em conta que o presente estudo se foca numa análise mais atitudinal bem como a nível micro, parece mais adequada a categorização feita pela *Freedom House*, visto ter em maior consideração aspectos como os direitos civis e liberdades, como a liberdade dos meios de comunicação, a presença de um Estado de Direito justo ou a garantia de liberdades económicas e sociais de acesso igual por parte dos cidadãos⁶.

Importa ainda referir que o conceito de regime “parcialmente livre” (*partly free*) apontado pela *Freedom House* é, de acordo com Morlino (2009, pp. 275), o “termo concreto mais próximo da noção de regime híbrido”.

O ano que iremos analisar é o de 2012. Deste modo o estudo respeitará a base teórica referida (Morlino, 2008), que estabelece um período de dez anos para a formação de um regime híbrido, período temporal que o separa de um arranjo político conjuntural e oriundo de um processo de democratização.

De acordo com vários autores da metodologia comparada, a seleção de casos está ligada não só ao espaço temporal, mas também ao número de variáveis, que deve ser o maior quanto menor for o intervalo temporal (Morlino, 1991; Sartori, 1991; Lijphart, 1971; Zaharadis, 1997 e Landman, 2003). Deste modo, iremos agora identificar os casos seleccionados.

Quanto ao grupo referente às democracias da América Latina, o critério de selecção foi o mais simples. Ao acedermos ao Quadro 2.2 (construída a partir dos resultados do *Freedom in the World*, de 2002 a 2012) em que estão presentes todos os países da América Latina, verificamos que nove países apresentam pontuações correspondentes a *Livre*, aqui equivalente a uma democracia eleitoral. São os casos da Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai. No entanto, tanto a Argentina como o Brasil apresentam pontuações algo

⁶ Para a discriminação dos critérios consultar: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world-aggregate-and-subcategory-scores>.

ambíguas durante o início da década de 2000. A Argentina e o Brasil têm alguma tradição democrática, sendo que a primeira é considerada *Livre* pelo mesmo programa, desde 1985 a 2000, sofrendo uma quebra para *Parcialmente Livre*, de 2001 a 2003; já o Brasil desce de *Livre* (pontuação conferida em 1985) para *Parcialmente Livre* em 1993, posição que retoma em 2002 e mantém até 2013 (perfazendo um período de dez anos). Deste modo, e pelas pontuações muito positivas que mantém – de 2 pontos - decidimos manter a Argentina e o Brasil no estudo, dentro do grupo de regimes democráticos. Como o segundo grupo de casos – de regimes híbridos – apresenta um número limitado de oito países e é presente intenção a de aproximar o número de casos entre os dois grupos, foi forçosa a exclusão de um país do grupo de nove que são considerados democráticos neste período. Para esta exclusão seleccionámos os dois países que tem a pior pontuação, dentro daquela conferida a países “livres”: El Salvador e o Peru (2,5 pontos). Sendo que o Peru é considerado *Parcialmente Livre* de 1990 a 2001 e El Salvador é tido, desde 1998, como um país *Livre*, optamos por excluir o Peru.

Para a seleção da amostra de regimes híbridos, procedeu-se ao levantamento de regimes, que estejam pelo menos há dez anos, cristalizados entre um processo de democratização. Esses países são a Bolívia, a Colômbia, o Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, o Paraguai e a Venezuela. No total correspondem a oito casos – menos um do que o grupo de regimes democráticos. Acreditamos, no entanto, que a análise e a comparação não sairão prejudicadas desta desigualdade.

Quado 2.2

Ano	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	R. Dom.	Equador	El Salvador	Guatemala	Haiti	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
2002	3	2	3	2	4	1,5	7	2	3	2,5	3,5	6	3	2,5	3	1,5	3,5	2	1	4
2003	3	2,5	2,5	1,5	4	1,5	7	2	3	2,5	4	6	3	2	3	1,5	3,5	2,5	1	3,5
2004	2	3	2,5	1	4	1,5	7	2,5	3	2,5	4	6	3	2	3	1,5	3	2,5	1	3,5
2005	2	3	2,5	1	4	1	7	2	3	2,5	4	6,5	3	2	3	1,5	3	2,5	1	3,5
2006	2	3	2	1	3	1	7	2	3	2,5	4	6,5	3	2	3	1,5	3	2,5	1	4
2007	2	3	2	1	3	1	7	2	3	2,5	3,5	4,5	3	2,5	3	1,5	3	2,5	1	4
2008	2	3	2	1	3	1	7	2	3	2,5	3,5	4,5	3	2,5	3	1,5	3	2,5	1	4
2009	2	3	2	1	3,5	1	6,5	2	3	2,5	3,5	4,5	3	2,5	3,5	1,5	3	2,5	1	4
2010	2	3	2	1	3,5	1	6,5	2	3	2,5	4	4,5	4	2,5	4	1,5	3	2,5	1	4,5
2011	2	3	2	1	3,5	1	6,5	2	3	2,5	4	4,5	4	3	4	1,5	3	2,5	1	5
2012	2	3	2	1	3,5	1	6,5	2	3	2,5	3,5	4,5	4	3	4,5	1,5	3	2,5	1	5

III. METODOLOGIA

Como a análise se debruça sobre os elementos da cultura política que melhor justificam o apoio ao regime e, inerentemente, a manutenção do mesmo, selecionamos uma série de variáveis sistémicas que são transversais a toda a análise. Antes de passarmos à operacionalização revistaremos o modelo de análise, que será doravante o guião da pesquisa. Neste capítulo procuramos também formular algumas hipóteses de análise, a que poderemos chegar.

Antes de mais, apresentamos a presente pesquisa como um estudo comparativo e de nível micro (Landman, 2003) – tendo em conta que os dados que utilizamos são retirados de inquéritos às populações, mas não só. Aquilo que define os indicadores de cultura política pressupõe por si só uma análise da actividade dos indivíduos, uma manifestação cuja melhor medida passa pela aplicação inquéritos ou sondagens.

A comparação entre países é aqui prosseguida como uma resposta intuitiva às nossas intenções de análise: encontrar um padrão de comportamento político em regimes mistos. Para isso, procuramos incluir o maior número de casos (oito), aumentando o nível de abstracção dos conceitos (Landman, 2003: 34): foram escolhidos regimes híbridos que correspondem aos países *parcialmente livres* da *Freedom House*, sem procurar detalhar quais as instituições democráticas dos mesmos e quais as que ainda manifestam laivos do regime autoritário anterior.

A variável dependente que pretendemos explicar é a que mede o apoio ao regime. Dado que o que pretendemos auferir é o nível de apoio concedido aos regimes híbridos, o modelo de análise que iremos adoptar passa pela regressão estatística. Como esta variável corresponde a um índice aditivo, ou seja, a uma escala (a escala de Apoio-Alienacção Política), faz todo o sentido utilizarmos a regressão linear.

Para esta regressão seleccionámos 21 preditores quantitativos, agrupados por temas – já referidos acima. No quadro 3.1. podemos observar quais são esses indicadores, a que questões correspondem no inquérito às populações executado pelo LAPOP, os temas a que correspondem e a variação das respectivas escalas.

Quanto à variável dependente – o apoio ao regime – importa referir que é um índice aditivo (as questões a que corresponde, no questionário, são a B1, B2, B3, B4 e B6) cujo alfa de Cronbach foi medido continuamente, em todos os casos, e cujos valores revelam sempre uma consistência adequada (em média, $0.75 > \alpha < 0.85$). Neste índice é pedido aos inquiridos que se posicionem dentro de uma escala de 1 a 7, sendo

que 7 sumariza um nível alto de Apoio ao Regime – e, correspondente, 1 equivale a nenhum Apoio.

Apesar do consenso teórico gerado à volta dos indicadores de confiança institucional (Inglehart, 1996; Inglehart, 2008; Torcal, 2001; Seligson, 2001; Torcal e Montero, 2006; Klingemann; 2013) estes indicadores não puderam ser representados na análise. As variáveis possíveis de analisar nos inquéritos do LAPOP, correspondentes à confiança nas instituições (*political trust*) expressavam um elevado risco de multicolinearidade com a variável dependente em estudo, de apoio ao regime.

No Quadro 3.2 está presente o *n* da amostra, por cada país e no ano de 2012. A equipa do LAPOP procurou, no ano de 2012, corresponder a amostra de inquéritos com as informações disponibilizadas pelos últimos censos realizados em cada país. Além disso houve também a preocupação de criar uma representatividade-padrão - de nível local - de modo a uniformizar as amostras por todos os países.⁷ Cada amostra é construída através da selecção municípios representativos - escolhidos através de um cálculo de probabilidade proporcional ao tamanho (*PPS: Probability Proportional to Size*) - de onde são extraídos 12 inquiridos nos países mais pequenos, e 24 nos maiores. Finalmente, os respondentes são apartados em conjuntos de 6, de modo a representar as áreas urbana e rural de cada município.

Quadro 3.1

Argentina	1512	Bolívia	3029
Brasil	1500	Equador	1512
Chile	1571	Colômbia	1512
Costa Rica	1498	Guatemala	1509
El Salvador	1512	Honduras	1728
Panamá	1620	Paraguai	1510
R. Dominicana	1512	Nicarágua	1686
Uruguai	1512	Venezuela	1500

⁷ Estas informações são retiradas das fichas técnicas de cada inquérito aplicado no ano de 2012. A contextualização e dados da aplicação dos inquéritos pode ser encontrada em: <http://datasets.americasbarometer.org/database-login/usersearch.php?year=2012>

Quadro 3.2

Preditoras (Nº da Questão, no Inquérito)	Tema de análise	Escalas
<ul style="list-style-type: none"> • Sexo (Q1) • Rendimento do agregado (Q10NEW) • Escolaridade (ED) 	Variáveis socio-demográficas	<ul style="list-style-type: none"> • 0 – homem; 1 – mulher • 0- nenhuma; 16 – escalão mais alto de rendimento • 0 – nenhum ano; 18+ - 6 anos de ensino universitário
<ul style="list-style-type: none"> • Ao voto (D1) • Manifestações pacíficas (D2) 	Tolerância	<ul style="list-style-type: none"> • 1 – nenhuma tolerância; 10 – maior tolerância
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da situação económica (IDIO1) • Avaliação da corrupção nos ministérios públicos (EXC7) • Percepção da delinquência no bairro (ganges) (AOJ17) 	Variáveis socio-económicas	<ul style="list-style-type: none"> • 1 – muito boa; 5 – muito má • 1 – muita corrupção; 4 – nenhuma corrupção • 1 – muita delinquência; 4 – nenhuma delinquência
<ul style="list-style-type: none"> • Contacto com os meios de informação (GI0) • Utilidade da informação e de estar informado (EFF1) • Entendimento da actualidade política (EFF2) • Interesse pela actualidade política (POL1) 	Motivação política	<ul style="list-style-type: none"> • 1 – diariamente; 5 – nunca • 1 - os governantes não se interessam pelo que pensa ; 7 – os governantes interessam-se pelo que pensa • 1 – não compreende a actualidade política; 7 – compreende • 1 – muito interesse; 4 – nenhum interesse
<ul style="list-style-type: none"> • Confiança nos vizinhos e outros cidadãos (IT1) 	Capital social	<ul style="list-style-type: none"> • 1 – muito confiável; 4 – nada confiável
<ul style="list-style-type: none"> • Preferência pela democracia a outro tipo de forma de governo (ING4); • Satisfação com a democracia no seu país (PN4) • Avaliação do nível de democracia no seu país (PN5) • Líder forte ou democracia eleitoral? (AUT1) • Em caso de crise, que abertura existe para um golpe de estado ou um alargamento dos poderes do Presidente (JC1, JC13, JC15A e JC16A) 	Orientações políticas	<ul style="list-style-type: none"> • 1 – a democracia não é a melhor forma de governo; 7- a democracia é a melhor forma de governo • 1 – muito satisfeito com a democracia; 4 – nada satisfeito com a democracia • 1 – muito democrático; 4 – nada democrático • 1 – líder forte; 2 – democracia eleitoral • JC1/JC13: 0 – justifica-se um golpe de estado; 1 – não se justifica • JC15A/JC16A: 0 – justifica-se a dissolução do Congresso/Supremo Tribunal de Justiça; 1 – não se justifica

3.1 Hipóteses de análise

*“A comparação é um modelo de
controlo das nossas generalizações” (Sartori, 1999)*

Os contributos teóricos antes explorados (e alguns agora recordados) sugerem algumas hipóteses principais a testar. Como já foi referido, os indicadores que integram as variáveis independentes pertencem ao grande tema da cultura política, mas são medidos, a nível mais particular, em relação às orientações políticas.

A partir deste conjunto de orientações delineamos quatro hipóteses:

H1: As orientações políticas dos indivíduos, face à democracia, surtem maior impacto nos níveis de apoio aos regimes democráticos, do que nos níveis de apoio aos regimes híbridos, (Klesner, 2001 e Schedler, 2001).

H2: Blanco e Grier (2009) concluem que a desafecção política é generalizada na América Latina, independentemente da forma de regime. A desafecção política expressa-se por uma ausência manifesta de motivação política, bem como níveis de confiança reduzidos. Considera-se por isso expectável que os níveis de confiança interpessoal e motivação política sejam pouco significativos. Tanto no grupo das democracias como no grupo dos híbridos.

H3: de acordo com o postulado por Almond e Verba (apud Klesner, 2001: 119), a cultura política passa por uma “distribuição particular de padrões de orientação face a objectos políticos entre os membros da nação”. Klesner, por seu turno, considera que os autores não admitem a possibilidade de existência de um “conjunto homogéneo de orientações políticas” mas antes um “misto de atitudes”. Apesar de Klesner refutar esta ideia, no presente estudo reconvertemos as reservas de Almond e Verba (autores do clássico *Civil Culture*, 1963) numa hipótese. Caso esta hipótese se verifique não será possível encontrar um padrão linear, resultante da regressão, em ambos os grupos de casos.

A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:

As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva Comparada

Quadro 3.3

Regimes Democráticos Preditoras	Argentina	Brasil	Chile	Costa Rica	El Salvador	Panamá	República Dominicana	Uruguai
Constante								
Sexo							,127**	
Rendimento Agregado		-,088*	-,134*			-,101*		-,080*
Escolaridade	-,131*					-,133*		
Tolerância ao voto							-,148***	
Tolerância a manifestações pacíficas				,212***		,086*		-,095*
Avaliação da situação económica		-,088*	-,164***			-,111**	-,125**	-,105*
Corrupção nos funcionários públicos	,103*	,129**			,093*	,172***	,160***	,090*
Delinquência no bairro onde vive	,133*		,112**					
Ler/ver/ouvir notícias								
Considera que os governantes estão atentos à sua opinião	,308***	,270***	,288***	,200***	,244***	,343***	,284***	,306***
Compreensão da actualidade política							,124**	
Interesse pela política						-,097*	-,150***	-,166***
Confiança nas pessoas da sua comunidade		-,095*	-,194***					
Democracia como melhor forma de governo		,151***				,095*		,103*
Satisfação com a democracia no país	-,114*					-,139**	-,175***	-,084*
Avaliação do nível de democracia no país		-,152***	-,116*	-,127*	-,228***	-,108*		-,222***
Líder Forte vs. Democracia Eleitoral							,097*	,122**
Abertura a um golpe de estado face a níveis altos de desemprego				,126*	,101*	-,173***		
Abertura a um golpe de estado face a níveis altos de corrupção								
Dissolução do congresso/assembleia			,110*					
Dissolução do Tribunal de Justiça								
Adjusted R-squared	26,4%	21,0%	24,5%	14,4%	25,1%	36,7%	34,1%	37,5%

Nota: As entradas da tabela são os resultados da regressão linear sobre a variável dependente Apoio ao Regime. Os dados correspondem aos coeficientes beta estandardizados. * = > .05 ** = > .01 *** = > .001. A Constituição da Costa Rica não prevê a existência de um exército militar: o indicador de abertura a um golpe de estado substitui as forças armadas por “força pública”.

Quadro 3.4.

Regimes Híbridos Preditoras	Bolívia	Colômbia	Equador	Guatemala	Honduras	Paraguai	Nicarágua	Venezuela
Constante								
Sexo					,113*		,103***	,099*
Rendimento Agregado		-,116*		-,155**	-,142**		-,075**	
Escolaridade		-,109*	-,126*		,080*		-,050*	
Tolerância ao voto		,124*						
Tolerância a manifestações pacíficas		-,111*				-,139*	-,092**	-,110*
Avaliação da situação económica	-,072*						-,112***	-,148***
Corrupção nos funcionários públicos	,148***	,120**			,107*	,095*	,062*	
Delinquência no bairro onde vive	,068*						,062*	
Ler/ver/ouvir notícias		-,084*		-,162**				
Considera que os governantes estão atentos à sua opinião	,206***	,220***	,193***	,100*	,171***	,230***	,192***	,224***
Compreensão da actualidade política	,092**		,144*	,179***			,057*	,105*
Interesse pela política				-,137*			-,099***	
Confiança nas pessoas da sua comunidade		-,143*		-,101*				
Democracia como melhor forma de governo	,059*			,150**	,247***	,151**	,070*	
Satisfação com a democracia no país	-,142***	-,160***	-,124*		-,136**	-,149**	-,204***	-,217***
Avaliação do nível de democracia no país	-,205***	-,170***		-,201***	-,122*		-,146***	-,222***
Líder Forte vs. Democracia Eleitoral				,096*	,160***			
Abertura a um golpe de estado face a níveis altos de desemprego					-,090*		,080**	
Abertura a um golpe de estado face a níveis altos de corrupção								
Dissolução do congresso/assembleia		,135**						
Dissolução do Tribunal de Justiça								
Adjuster R-squared	26,7%	33,7%	16,2%	24,9%	26,4%	17,2%	34,5%	49,8%

Nota: As entradas da tabela são os resultados da regressão linear sobre a variável dependente Apoio ao Regime. Os dados correspondem aos coeficientes beta estandardizados. * = > .05 ** = > .01 *** = > .001. A Constituição da Costa Rica não prevê a existência de um exército militar: o indicador o indicador de abertura a um golpe de estado substitui as forças armadas por “força pública”.

IV. ANÁLISE DE DADOS

4.1 Orientações dos indivíduos face à democracia nos regimes democráticos e híbridos da América Latina

Previamente ao teste das hipóteses propriamente dito, procede-se a uma análise descritiva das orientações dos indivíduos face aos valores democráticos em países com regimes democráticos consolidados e híbridos, conforme categorização antes apresentada. Estas orientações serão exploradas apenas em relação a três indicadores, fundamentais para a aferição do nível de preferência e satisfação em relação ao regime democrático. Um indicador responde à avaliação do nível de democracia existente no país e percebido pelos indivíduos. O segundo indicador estabelece o grau de satisfação com a democracia, por parte dos respondentes. O terceiro e último relaciona-se com o nível de preferência pela democracia, enquanto sistema político⁸.

Como a linha de pesquisa passa pelas orientações políticas dos indivíduos e a sua relação com os níveis de apoio ao regime político, consideramos que um levantamento dessas mesmas orientações é imprescindível.

Deste modo, e como podemos observar nos quadro 3.1 e 3.2, compreendemos que a afecção democrática na América Latina, tem maior presença no grupo de casos de democracias, assim como prevêm Inglehart (1997) e Schedler (2001). A média é de 85,9% contra 78,4%.

Quando inquiridos sobre a preferência de um regime democrático, ao invés de um líder forte, mais de 75% dos respondentes em países democráticos escolhe a democracia eleitoral. Já nos países híbridos, a preferência pela democracia fixa-se em níveis mais baixos, mas não muito. Neste grupo de países há dois casos notáveis: a Venezuela, onde 95% dos inquiridos afirma preferir a democracia (mais do que em qualquer país democrático) e as Honduras, país em que apenas 57% dos respondentes optam pela via democrata. De acordo com Klingemann (2013) que também utiliza esta questão na sua análise, averiguamos assim o número de “democratas” existentes nestes

⁸ “Em sua opinião o [nome do país] é muito, algo, pouco ou nada democrático?”; “Em geral, diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito ou insatisfeito com a forma como a democracia funciona no [nome do país]?” e “Há gente que diz que precisamos de um líder forte que não tenha que ser eleito através do voto popular. Outros dizem, mesmo que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que pensa sobre isto? 1) Precisamos de um líder forte que não tenha que ser eleito 2) A democracia eleitoral é o melhor”.

países. Numa comparação inicial, verificamos uma distinção, mas muito leve, entre democracias e sistemas mistos, que sugere que nos regimes híbridos o suporte pela democracia é mais frágil, provavelmente motivado por incipientes (ou não experienciada) sociedade e cultura política democráticas.

Quadro 4.1

Reg. Democráticos	Pref. pela Democracia	Reg. Híbridos	Pref. pela Democracia
Argentina	92,8 %	Bolívia	77,2 %
Brasil	83,4 %	Colômbia	83,8 %
Chile	91,5 %	Equador	77,2 %
Costa Rica	79,9 %	Guatemala	70,9 %
El Salvador	81,9 %	Honduras	57,0 %
Panamá	79,2 %	Paraguai	82,9 %
Rep. Dominicana	83,5 %	Nicarágua	82,9 %
Uruguai	94,9 %	Venezuela	95,0 %
	85,9%		78,4

Fonte: Elaborado com base nos dados do *Barometro de las Americas*, LAPOP, 2012

Quadro 4.2

Argentina	68,8%	77,9%
Brasil	66%	72,4%
Chile	49,2%	62%
Costa Rica	67,8%	76,1%
El Salvador	55,9%	59,8%
Panamá	66,9%	72,4%
Rep. Dominicana	51,9%	75,4%
Uruguai	78,9%	90,5%
Bolívia	49,9%	61,4%
Colômbia	55,3%	34,2%
Equador	64,8%	73,7%
Guatemala	46,6%	50,2%
Honduras	52,6%	38,8%
Paraguai	46,6%	61,2%
Nicarágua	63%	59,6%
Venezuela	62%	77,3%
Países	Satisfação com a Democracia	Avaliação Positiva da Democracia

Fonte: Elaborado com base nos dados do *Barometro de las Americas*, LAPOP, 2012

No Quadro 3.2, o nível de satisfação com a democracia é mais moderado (as percentagens são conseguidas através da soma entre os “muito satisfeitos” e “algo satisfeitos”). Enquanto a média de satisfação, nos regimes híbridos, é de 55,2%

corresponde a 63,2% nos regimes democráticos, um valor que, neste último caso, embora esteja acima do grupo de países mistos é, mesmo assim, muito baixo. Não se pode concluir, portanto, que haja um contraste significativo entre os dois tipos de sistema político.

O segundo grupo de dados, no quadro 3.2, integra as respostas dos inquiridos que avaliam de uma forma positiva o nível de democracias, nos respectivos países. Esta estimativa surge do somatório das respostas de avaliação “muito democrático” e “algo democrático”. As médias dos valores são pouco próximas: enquanto 63,2% dos inquiridos está satisfeito com a democracia, 73,3% encara o seu sistema político como democrático. Esta dissonância leva-nos a crer que existe um nível elevado de exigência perante a democracia e, logo, uma sociedade civil mais crítica (os “cidadãos críticos” ou “democratas insatisfeitos” de Norris, 1999).

Já no grupo de regimes mistos, Os valores de satisfação e avaliação do nível de democracia vão mais a par: a percentagem de indivíduos que avalia de forma positiva o nível de democracia é 57,1%. A Colômbia e as Honduras, no entanto, são dois casos de relevo, por menos de 40% dos inquiridos, considera o sistema político democrático.

Mais uma vez, Klingmann (2013) diferencia estes valores a partir dos estudos de Easton (1965). De acordo com o autor, os valores de preferência pela democracia, enquanto forma de governo, correspondem a um nível de “apoio difuso”, ao ideal de democracia, ao passo que os resultados do quadro 3.2 revelam o grau de “apoio específico”. Com base nesta teoria, podemos concluir que embora haja – em ambos os casos – um número de “democratas” superior a 75% (apoio difuso), a média da avaliação particular da performance democrática, ronda os 60%, nos países híbridos, e os 70% nas democracias (apoio específico).

Posto isto, passamos à análise do modelo explicativo do apoio aos regimes, o qual permite testar as hipóteses da pesquisa, lembrando que a análise a ser feita procura o grau de apoio aos dois diferentes tipos de regime, mediante as orientações políticas dos indivíduos.

4.2 Análise de resultados

Da comparação entre os quadros 3.3 e 3.4 podemos concluir, primeiramente, que o modelo de análise - apesar de revelar relações significantes entre as variáveis da cultura política que seleccionámos e o apoio ao regime - apresenta níveis de correlação baixos.

Em ambos os casos os R^2 ajustados variam entre 15,0% e 37,5% – com a exceção da Venezuela que é o país onde as variáveis independentes mais conseguem explicar o apoio ao regime – 49,8%.

Os países onde a conjunção entre as variáveis escolhidas de cultura política e as socio-económicas mais justificam o apoio ao regime são: o Panamá, a República Dominicana e o Uruguai, enquanto países democráticos e a Colômbia, a Nicarágua e a Venezuela, no caso dos regimes híbridos. A Venezuela é o país mais distinto, onde o modelo explicativo (com incidência nas variáveis ligadas à afecção democrática) consegue explicar praticamente metade do índice de apoio ao regime (R^2 ajustado = 49,8%).

Regista-se também que o modelo de análise não se comporta de forma diferente entre os países democráticos e os híbridos, actuando de forma mais ou menos similar nas variáveis independentes significantes, como iremos ver de seguida.

Em ambos os grupos de casos é de salientar que a variável com maior impacto no índice de apoio ao regime – a reflectir-se em todos os países, menos no Guatemala - é aquela que mede a percepção dos inquiridos sobre o interesse por parte dos governantes do que pensam. Esta variável têm um impacto positivo, na medida que os cidadãos que se sentem mais integrados na dinâmica política, estão mais aptos a apoiar o regime ($0,200^{***} > \beta < 0,343^{***}$ nos países democráticos e $0,172^{***} > \beta < 0,230^{***}$ nos regimes híbridos.)

Tanto a avaliação da situação económica como o rendimento do agregado têm um impacto linear no apoio aos regimes democráticos - apesar do primeiro indicador ter maior influência no apoio ao regime e ser explicativo num maior número de países (para além do Brasil, Chile, Panamá e Uruguai, a República Dominicana). Em geral quem avalia melhor a sua situação económica está mais disposto a apoiar a democracia – concomitantemente, quem pertence um agregado cujo escalão de rendimento é inferior, tende a não manifestar apoio ao regime, se bem com uma expressão mais branda.

O mesmo se passa no grupo de regimes mistos: nos países da Colômbia ($\beta = -0,116^*$), Guatemala ($\beta = -0,155^{**}$), Honduras ($\beta = -0,142^{***}$) e Nicarágua ($\beta = -0,075^{**}$), os inquiridos cujo agregado tem menores rendimentos tendem a manifestar menor apoio perante os respectivos regimes. Da mesma forma que, os indivíduos que melhor apreciam a sua situação económica, manifestam igualmente maior suporte pelos

regimes da Bolívia ($\beta = -0,072^*$), e em maior grau da Nicarágua e da Venezuela ($\beta = 0,112^{***}$ e $\beta = 0,148^{***}$).

As predictoras de tolerância são, maioritariamente, pouco significativas para o presente modelo de análise, quer nos regimes democráticos, quer nos híbridos. No entanto, deve-se referir que no Panamá, a tolerância ao voto das pessoas revelem uma posição contrária (“que sempre falam mal do sistema de governo do Panamá”, mais concretamente) tem bastante impacto no que toca ao apoio ao regime. De facto, os indivíduos que inibiriam este tipo de pessoas do voto, são aqueles que mais apoiam o regime ($\beta = -0,148^{***}$). No lado oposto, na Costa Rica – a democracia mais antiga da América Latina – a tolerância a que as pessoas que “sempre falam mal do sistema de governo da Costa Rica” possam manifestar-se de forma pacífica é também explicativa do apoio ao regime, mas de uma forma positiva. Sendo que um maior nível de tolerância justifica um maior grau de apoio ao regime.

A tolerância a manifestações pacíficas justifica algum apoio ao regime – no grupo de híbridos – nos países da Colômbia, do Paraguai, da Nicarágua e da Venezuela, onde esta relação existe, mas no mesmo sentido que no Panamá: os inquiridos que menos toleram que as pessoas “que falam constante mal do sistema de governo” são as que mais apoiam o regime.

O interesse pela política tem alguma expressão nos países democráticos do Panamá, República Dominicana e Uruguai, especialmente nos últimos dois. Este impacto é positivo, revelando que os mais interessados pela política, procurar apoiar o regime. A motivação política é uma variável significativa em cinco países híbridos, na Bolívia, no Equador, no Guatemala, na Nicarágua e na Venezuela, cujos resultados mostram que os indivíduos que consideram estar mais inteirados da vida política dos seus países são mais capazes de apoiarem os regimes correspondentes. Já o interesse pela política não revela significância na maior parte dos regimes categorizados como híbridos, com a exceção do Guatemala e da Nicarágua, onde – ainda assim – expressa uma relevância reduzida.

Em seis dos países democráticos, a percepção dos níveis de corrupção é uma preditora consistente do apoio ao regime. À exceção do Chile e da Costa Rica, em todos os restantes países os inquiridos que tendem a perceber que há pouca corrupção nos ministérios públicos, tendem igualmente a expressar maior índice de

apoio ao regime, particularmente, no Brasil ($\beta = 0,129^{**}$), no Panamá ($\beta = 0,172^{***}$) e na República Dominicana ($\beta = 0,160^{***}$).

A percepção da corrupção nos ministérios públicos é uma preditora com impacto positivo também no índice de apoio aos regimes híbridos: este comportamento verifica-se na Bolívia, na Colômbia, nas Honduras, no Paraguai e na Nicarágua, com maior significância nos primeiros dois países ($\beta = 0,148^{***}$ e $0,120^{**}$ respectivamente). A ausência de corrupção aos olhos dos inquiridos favorece um maior suporte do regime.

A percepção de delinquência nos bairros onde habitam os inquiridos tem pouca significância no presente modelo de análise, sendo que apenas na Argentina ($\beta = 0,133^*$) e no Chile ($\beta = 0,112^{**}$) revela alguma expressão. Em ambos os países, os cidadãos que consideram menores os níveis de delinquência no bairro onde habitam, estão mais próximos de apoiarem o regime. Um indicador similar ao presente é o de confiança inter-pessoal, que tem também pouca expressão enquanto preditora do apoio aos regimes. No Brasil e no Chile - com maior incisão ($\beta = -0,195^{***}$) - revela uma relação positiva, em que quem mais confia nos seus vizinhos, maior apoio revela pelo regime político.

A avaliação do nível de democracia é a segunda preditora com maior impacto nos países democráticos, sendo que revela significância em 6 dos 8 países. Tirando a Argentina e a República Dominicana, todas as outras populações que consideram pertencer a um país com níveis elevados de democracia, são as mesmas que mais apoiam os respectivos regimes. Os exemplos mais notáveis são os do Brasil ($\beta = -0,152^{***}$), El Salvador ($\beta = -0,228^{***}$) e o Uruguai ($\beta = -0,222^{***}$). Na Argentina e na República Dominicana, este indicador é substituído pela satisfação com a democracia que, tem também uma influência positiva no índice de apoio ao regime ($\beta = -0,114^*$ e $\beta = -0,175^{***}$). O mesmo se verifica no Uruguai e em El Salvador ($\beta = -0,084^*$ e $\beta = -0,139^{**}$).

Tanto a preditora que percebe a avaliação do nível de democracia, como a que ausculta o nível de satisfação com a democracia, apresentam sólidos níveis de significância no grupo de regimes híbridos. A satisfação com a democracia, em todos os países analisados estimula maior apoio aos regimes (à exceção do Guatemala). Sendo que: $124^* > \beta < 217^{***}$. Já a avaliação do nível de democracia em cada regime é bastante significativa, na Bolívia, na Colômbia, no Guatemala, nas Honduras, na

Nicarágua e na Venezuela. Os indivíduos que consideram viver em países mais democráticos são também mais apoiantes do regime ($0,122^* > \beta < -0,222^{***}$).

A referir ainda que no Guatemala ($\beta = 0,150^{**}$), nas Honduras ($\beta = 0,247^{***}$) e no Paraguai ($\beta = 0,151$), a percepção da democracia, como melhor forma de governo, influencia positivamente o apoio ao regime, com menos expressão na Nicarágua e na Bolívia.

Nas Honduras, a primazia da democracia eleitoral ao invés de um líder forte é um indicador significativo, mas o mesmo não se verifica nos restantes países ($\beta = 0,160^{***}$).

A escolaridade tem maior impacto nos índices de apoio aos regimes híbridos, do que democráticos. Esta relação é breve e negativa nos países da Colômbia ($\beta = -0,109^*$) do Equador ($\beta = -0,126^*$) e da Nicarágua ($\beta = -0,050^*$), revelando que as populações com menos anos de escolaridade cumpridos tem maior apetência a apoiar os respectivos regimes. Apenas nas Honduras esta relação é contrária ($\beta = 0,080^*$), mas com menor intensidade, indicando que os cidadãos mais instruídos, apoiam mais o regime político a que pertencem.

Os níveis de confiança interpessoal, tanto nos regimes democráticos como híbridos, revelam-se pouco expressivos enquanto motivadores de apoio ao regime. Sendo que somente no Guatemala e na Colômbia apresentam uma relação significativa, onde os cidadãos que mais confiam nos vizinhos, mais patrocina o respectivo regime.

4.3 Apontamentos conclusivos

Apresentam-se agora algumas conclusões gerais do modelo de análise.

Em geral, as variáveis preditoras que separam uma sociedade civil mais apoiante do tipo de regime que tem, de uma mais indiferente ao mesmo, são a avaliação dos níveis de democracia, a satisfação com a mesma e, finalmente, a percepção de interesse por parte dos governantes naquilo que o seu eleitorado pensa. O que podemos extrair desta análise é que os regimes são mais ou menos legitimados consoante a sua apetência democrática – mesmo os regimes híbridos - e que, tal como nota Diamond (1998), para auferir a cultura política de determinado país, são estas as variáveis mais determinantes.

De referir ainda que o último grupo de indicadores, referentes à abertura de um golpe de estado ou à dissolução da Assembleia ou do Supremo Tribunal de Justiça, não são significativos nos dois casos: em regimes democráticos ou híbridos. Podemos concluir que não é a presença de uma crise social (seja o desemprego, a corrupção ou

elevados níveis de delinquência) que justifica a mudança de um tipo de regime mais democrático para menos democrático.

Das variáveis socio-económicas importa referir que, apesar de ser uma das questões que mais preocupa as populações destes países (a segurança e o agravamento da delinquência), a variável correspondente no modelo de análise não manifestou qualquer relação significativa com o índice de apoio ao regime político, levando a deduzir que esta talvez seja uma preocupação de curto prazo – ou seja, mais passível de se manifestar na avaliação das diferentes instituições, enquanto forma de apoio específico (Easton, 1965), do que no apoio ao próprio sistema político.

Tomando o trabalho desenvolvido por McClintock, em 2001 - em que a autora procurava relações entre variáveis da cultura político, da performance económica e do contexto político com o “desenvolvimento democrático” - podemos notar algumas tendências contínuas: a questão da educação, por exemplo, já apresentava “relações fracas ou não-existent” (pp. 16), no ano de 1999. Já a relação entre o desenvolvimento económico (aqui medido a partir do crescimento anual do PIB) é positiva e generalizada pelos 17 países da América Latina analisados por McClintock. Também a “relação entre a confiança social e o progresso democrático é fraca”, o que se repete nas medições do nosso estudo (pp. 33). A novidade talvez seja a inflexão da relação entre os valores democráticos e o que a autora considera o “progresso democrático”, medido a partir das pontuações da *Freedom House*. Na pesquisa a relação entre estas duas variáveis existe, mas (e curiosamente) nos países de regime cinzento (a autora não faz esta separação), os valores produzidos por essa relação são reduzidos, face aos valores dos países democráticos – com a excepção do Brasil e do Chile, que apresentam igualmente resultados inferiores. Mas no Equador, na Colômbia, na Bolívia, no Paraguai, na Venezuela, no Guatemala e nas Honduras, os resultados são baixos, sendo que, no máximo cerca de 60% da população, de 1996 a 2000, prefere a democracia, acima de qualquer outro tipo de regime.

No entanto, na análise aqui percorrida, apesar da relação entre os valores democráticos e os níveis de apoio ao regime ter resultados não muito altos, ela é indubitavelmente significativa e mais operante no grupo de regimes híbridos, do que nos regimes democráticos, inclusive.

CONCLUSÃO

Da análise estatística que foi feita, podemos retirar duas conclusões. A primeira é que as variáveis que seleccionámos, de tolerância, de motivação política e afecção aos valores democráticos podem explicar a manutenção dos regimes híbridos, mas em curta medida. O mesmo pode ser dito dos indicadores socio-económicos que seleccionámos, de percepção da corrupção, avaliação da situação política e de percepção do nível de delinquência.

Verifica-se ainda a confirmação da primeira hipótese, no que toca aos indicadores de confiança inter-pessoal e a três indicadores de motivação política. À excepção da variável medidora do nível de integração dos indivíduos na vida política, a bateria de motivação política não revela resultados significantes. Vale a pena também sublinhar que, enquanto indicadores parciais da cultura política de um país, a tolerância pode não funcionar da forma mais desejada, tal como referem Seligson (2000) e Klingemann (2013).

A segunda conclusão que retiramos passa pela surpreendente saliência das orientações face à democracia, enquanto variáveis significativos para o apoio ao regime, no grupo de casos híbridos. Estes resultados vêm contradizer a segunda hipótese (H2), que previa um maior impacto das orientações para a democracia no grupo dos países democráticos. Tendo em conta que, também na análise descritiva, os regimes híbridos revelavam um elevado número de democratas, uma das explicações que podemos encontrar para esta conclusão passa talvez pela ausência de pressão ou demanda para a democracia, o que contribui assim para a manutenção ileso destes regimes.

A terceira e última hipótese é, também, desacreditada pela presente pesquisa, dado que facilmente conseguimos encontrar um padrão presente nos dois grupos de casos.

Concluimos também que, as considerações de Inglehart, em 1997, são reforçadas pela presente pesquisa. O autor afirmava que qualquer sistema político estável (como são os presentes) tem um sistema cultural “apoiante e compatível”. Assim, quando nos perguntamos pelos indicadores que podem justificar a manutenção de um regime híbrido, já podemos responder – com alguma prudência – que a afecção aos valores democráticos é, em parte, um argumento válido e empiricamente testado.

Ainda assim, esta tendência pode ser explicada pela reserva que Philip (2003) faz aos trabalhos de Lagos (1997) e Diamond (1999), cuja pesquisa passa pela medição

do apoio à democracia e outros valores democráticos, a partir de inquéritos à população: “as sondagens que mostram o apoio popular à democracia como conceito não mostram nada parecido com o mesmo tipo de apoio, desta vez dado à democracia enquanto conjunto de instituições”, apontando um “cinismo de raízes profundas” por partes dos cidadãos face às instituições democráticas. Desta forma cremos que, para compreender a dinâmica dos regimes mistos, falta ser feito um estudo mais amplo, onde seja considerado o apoio às instituições por si só, enquanto variável de apoio ao regime.

A teoria é rica em material dedicado aos regimes híbridos ou mistos, mas consideramos que ainda resta muito por iluminar, tanto ao nível das atitudes e comportamentos da sociedade civil e performance das elites, como a um nível macro, de avaliação das instituições. A presente análise deu um curto passo nesse sentido, mas um estudo comparativo entre diferentes regiões (não só a América Latina, mas também o leste europeu, onde o desaparecimento da União Soviética aguou na formação de vários regimes mistos) e longitudinal é necessário para uma definitiva asserção das características dos regimes mistos.

BIBLIOGRAFIA

Alexander, Marcus (2008), Democratization and Hybrid Regimes: Comparative Evidence from Southeast Europe, *East European Politics and Societies*, 22(4), pp. 928-954;

Booth, John A. (1997) Civil Society, Political Capital and Democratization in Central America, *The Journal of Politics*, 60(3), pp. 780-800

Blanco, Luisa e Grier, Robin (2009) Long Live Democracy: The Determinants of Political Instability in Latin America, *The Journal of Development Studies*, 45(1), pp. 75-95;

Brill Olcott, Martha e Ottaway, Marina (1999) The challenges of semi-authoritarianism, Carnegie Endowment for International Peace;

Carothers, Thomas (2002) The end of the transition paradigm, *Journal of Democracy*, 13(1), pp. 5-21;

*A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:
As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva Comparada*

Coppedge, Michael (2001) Political Darwinism in Latin America's Lost Decade, em Larry Diamond and Richard Gunther (ed) *Political Parties and Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore and London, pp. 173-205;

Croissant e Merkel (2004) Introduction: democratization in the early twenty-first century, *Democratizations*, 11(5), pp. 1-9;

Dahl (2001) *Poliarchy: participation and opposition*, Yale University Press, New Haven e Londres;

Dahl, Robert (1998) *On democracy*, Yale University Press, New Haven e Londres;

Diamond, Larry (2002) Thinking about Hybrid Regimes, *Journal of Democracy*, 13(2), pp 21-35;

Diamond, Larry e Linz, Juan J. e Lipset, Seymour Martin (1995), *Politics in developing countries: comparing experiences with democracy*, Lynne Rienner Publishers, Londres;

Easton (1975) A reassessment of the concept of political support, *British Journal of Political Science*, 5(4), 435-57;

Fukuyama, Francis (1996) The Primacy of Culture, Larry Diamond e Marc F. Plattner (ed) *The Global Resurgence of Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore, pp. 320-327;

Hadenius, Alex (1994) The duration of democracy: institutional vs. socio-economic factors in defining and measuring democracy, *Political Science Review*, 26(3), pp. 63-88;

Huntington, Samuel P. (1992), *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*, University of Oklahoma Press;

Huntington, Samuel P. (1996), Democracy's Third Wave, Larry Diamond e Marc F. Plattner (ed), *The Global Resurgence of Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore, pp. 3-25;

*A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:
As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva Comparada*

Inglehart, Ronald (1997) *Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*, Princeton University Press, Princeton, NJ;

Karl, Terry Lynn e Schmitter, Philippe C. (1996), What Democracy is... and is not, Larry Diamond e Marc F. Plattner (ed), *The Global Resurgence of Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore, pp. 50-61;

Klesner, Joseph L. (2001) Legacies of Authoritarianism in Citizen Views of Democracy in Latin America (ed) Roderic Ai Camp, *Citizen Views of Democracy in Latin America*, University of Pittsburgh Press, pp. 118-138;

Klingemann, Hans-Dieter (2013) Dissatisfied Democrats. Evidence from Old and New Democracies, (ed) Russel J. Dalton e Christian Welzel, *The Civic Culture Revisited: from allegiant to assertive citizens*, Cambridge, University Press, no prelo;

Landman, Todd (2003), *Issues and Methods in Comparative Politics*, Routledge, Oxon;

Levitsky, Steve e Way, Lucan (2002) Elections without democracy: the rise of competitive authoritarianism, *Journal of Democracy*, 13(2), pp. 51-65;

Lewis, Paul H. (2006) *Authoritarian Regimes in Latin America: dictators, despots and tyrants*, Rowman & Littlefield Publishers, Inc, Lanham, Maryland;

Linz, Juan J. (1996) The perils of presidentialism em Larry Diamond e Marc F. Plattner (ed) *The Global Resurgence of Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore, pp. 124-142;

Lipset, Seymour Martin (1996) The centrality of political culture em Larry Diamond e Marc F. Plattner (ed) *The Global resurgence of democracy*, The John Hopkins University Press and the National Endowment for Democracy, Baltimore, pp. 150-153;

Mainwaring, Scott e Pérez-Liñan, Aníbal (2005) Latin America Democratization since 1978, in The Third Wave of Democratization em Frances Hagopian e Scott Mainwarin (ed) *Latin America, advances and setbacks*, Cambridge University Press, Nova Ioque, pp. 14-59;

*A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:
As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva Comparada*

Mainwaring Scott e Scully, Timothy R. (1995) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, Stanford University Press;

McClintock, Cynthia (2001) *Latin America's Third Wave: Measuring and Explaining Variations Across Seventeen Nations*,

Montero, José Ramón e Torcal, Mariano (2006) Political disaffection in comparative perspective em Mariano Torcal e José Ramón Montero (ed), *Political Disaffection in Contemporary Democracies*, Routledge, Oxon;

Morlino, Leonardo (1991) Problemas e opciones en la comparación em Giovanni Sartori e Leonardo Morlino (ed), *La Comparación en las Ciencias Sociales*, Alianza Editorial, Madrid;

Morlino, Leonardo (2008) Hybrid Regimes or Regimes in Transition?, *FRIDE*, Madrid;

Morlino, Leonardo (2009), Are There Hybrid Regimes? Or are they just an optical illusion?, *European Political Science Review*, 1(2), pp. 273-296;

Munck, Gerardo L. e Leff, Carol Skalnik (1997) Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in Comparative Perspective, *Comparative Politics*, 29(3), pp. 343-362;

Newton, Kenneth (1999) Social and Political Trust in Established Democracies, em Pipa Norris (ed), *Critical Citizens – Global Support for Democratic Governance*, Oxford University Press, Oxford;

O'Donnell, Guillermo (1994) Delegative democracy? *Journal of Democracy*, vol 5(1), pp. 55-69;

O'Donnell, Guillermo e Schmitter Philippe C. (1986) *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*, John Hopkins University Press;

Philip, George (2003) Latin America, em Peter Burnell (ed) *Democratization through the Looking-glass*, Manchester University Press, pp. 210-215, Manchester;

*A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:
As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva Comparada*

Rustow, Dankwart A. (1970) Transitions to democracy: toward a dynamic model, *Comparative Politics*, 2(3), pp. 337-363;

Sartori, Giovanni (1991) Comparación y método comparativo em Giovanni Sartori e Leonardo Morlino, *La comparación en las Ciencias Sociales*, Alizanda Editorial, Madrid;

Schedler, Andreas (2001) Measuring democratic consolidation, *Comparative International Development*, 36(1), pp. 66-92;

Schmitter, Philippe C, (1996), Dangers and Dilemmas of Democracy, em Larry Diamond e Marc F. Plattner (ed), *The Global Resurgence of Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore, pp. 76-93;

Schmitter, Philippe C. e Schneider, Carsten Q. (2004) Conceptualizing and measuring the liberalization of autocracy and the consolidation of democracy across regions of the world and from different points of departure, URL: <http://www.iue.it/SPS/People/Faculty/CurrentProfessors/bioSchmitter.shtml>. Florence: European Institute of Florence;

Seligson (2000) Toward a Model of Democratic Stability: Political Culture in Central America, *Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 11(2), pp. 5- 29;

Seligson e Carrión (2002) Political Support, political skepticism and political stability in new democracies: an empirical examination of mass support for Coups d'État in Peru, *Comparative Political Studies*, 35(1), pp. 58-82;

Torcal, Mariano (2006), Political disaffection and democratization history in new democracies em Mariano Torcal e José Ramón Montero (ed), *Political Disaffection in Contemporary Democracies*, Routledge, Oxon;

Torcal, Mariano and José Ramón Montero (2006), *Political Disaffection in Contemporary Democracies*. London: Routledge

Welzel, Christian (2008) Theories of democratization em Christian W. Haerpfer, Patrick Bernhagen ,Ronald F. Inglehart e Christian Welzel (ed) *Democratization*, Oxford University Press, pp. 75-90, Oxford;

*A Manutenção dos Regimes Híbridos na América Latina:
As Orientações Políticas dos Indivíduos em Perspectiva Comparada*

Wigell, Mikael (2008) Mapping Hybrid Regimes: regime types and concepts in comparative politics, *Democratization*, 15(2), pp. 230-250;

Zaharadis, Nikolaos (1997) *Theory, case and method in comparative politics*, Harcourt Brace and Company, Florida;

Zéphyr (2008) Corruption and its Impact on Latin American Democratic Stability, Mitchell A. Seligson (ed) *Challenges to Democracy in Latin America and the Caribbean: Evidence from the AmericasBarometer 2006-07*, pp. 251-276.

ANEXOS

Tabela 1 – Percepção dos principais problemas dos países

Na sua opinião, qual é o problema mais grave que o país enfrenta?			
Argentina	Falta de segurança	Bolívia	Problemas Económicos
Brasil	Falta de serviços de saúde	Equador	Delinquência e crime
Chile	Delinquência e crime	Colômbia	Violência
Costa Rica	Delinquência e crime	Guatemala	Delinquência e crime
El Salvador	Delinquência e crime	Honduras	Delinquência e crime
Panamá	Delinquência e crime	Paraguai	Desemprego
R. Dominicana	Problemas económicos	Nicarágua	Problemas Económicos
Uruguai	Falta de segurança	Venezuela	Delinquência e crime

Fonte: Elaborado a partir do *Barometro de Las Americas*, LAPOP, 2012

Tabela 2 – Índice de Corrupção

Democracias		Híbridos	
Argentina	35	Bolívia	34
Brasil	43	Equador	36
Chile	72	Colômbia	32
Costa Rica	54	Guatemala	33
El Salvador	38	Honduras	28
Panamá	38	Paraguai	29
R. Dominicana	32	Nicarágua	25
Uruguai	72	Venezuela	109

Fonte: Elaborado a partir do *Corruption Perceptions Index*, Transparency International

0 - Muito Corrupto 100 - Pouco Corrupto

Tabela 3 – Taxa de desemprego e índice de Gini

Democracias	% de desemprego	Índice de Gini	Híbridos	% de desemprego	Índice de Gini
Argentina	7,2%	45,8	Bolívia	7,5%	55
Brasil	5,5%	51,9	Colômbia	10,4%	58,5
Chile	6,4%	52,1	Equador	4,9%	47,7
Costa Rica	7,8%	50,3	Guatemala	4,1%	55,1
El Salvador	6,9%	46,9	Honduras	4,5%	57,7
Panamá	4,4%	51,9	Paraguai	7,4%	40,5
R. Dominicana	14,7%	47,2	Nicarágua	6,9%	53,2
Uruguai	6,1%	45,3	Venezuela	7,8%	39

Fonte: Elaborado a partir *The World Factbook*, CIA – últimos dados

INFORMAÇÃO PESSOAL



Magalhães Ana Filipa

📍 Rua do Passadiço, nº 74, 2º esq., Lisboa (Portugal)

✉ afilipamag@gmail.com

Sexo Feminino | Data de nascimento 15 de Maio 1990 | Nacionalidade Portuguesa

EMPREGO PRETENDIDO

Jornalismo

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Janeiro 2013 – Abril 2013

Estagiária Académica

CIES-IUL, Lisboa (Portugal)

Colaboração com o estudo: "Eleições, liderança e responsabilização", coordenado pelo Prof. Doutor André Freire. Organização de conferências. Tratamento de dados em SPSS. Pesquisa bibliográfica.

16 de Abril 2012 – 16 de Julho 2012

Estagiária académica

Observatório Político

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7º E, Lisboa (Portugal)

Apoio à investigação académica: pesquisa bibliográfica; pesquisa e tratamos de dados quantitativos; trabalho de arquivo; funções administrativas; apoio a conferências.

- Participação na construção da base de dados POLITIPÉDIA - Reportório Português de Ciência Política.

- Apoio no projecto de investigação: "Virtual civic engagement in Brazil and Portugal: How ICT - Information and Communication Technologies are modifying political arena", com coordenação do Professor Carlos Batista, Universidade de Brasília

Tipo de empresa ou sector de actividade Associação de Investigação Científica

21 de Janeiro 2011 – 21 de Dezembro 2011

Presidente da Secção de Jornalismo

Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra

Rua Padre António Vieira, nº1 - 3º piso, 3000 Coimbra (Portugal)

Coordenação da secção; relações públicas; responsável pelas relações institucionais; assegurar o bom funcionamento da secção, administrativa e financeiramente, dentro da Associação Académica de Coimbra

Tipo de empresa ou sector de actividade Instituição de utilidade pública

2009 – 2010

Marketing e Publicidade

A Cabra, Jornal Universitário de Coimbra - Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra

Rua Padre António Vieira nº1, 3º piso, 3000 Coimbra (Portugal)

Coordenação da publicação de conteúdos publicitário no Jornal Universitário A Cabra; negociação publicitária com empresas e instituições e procura de acordos com media partners

Tipo de empresa ou sector de actividade Jornal quinzenal, com 20 anos de trabalho estudantil voluntário

07 de Outubro 2009

Crítica de DVD

A Cabra, Jornal Universitário de Coimbra - Secção de Jornalismo da Associação Académica de

Coimbra
Rua Padre António Vieira nº1, 3º piso, 3000 Coimbra (Portugal)

Crítica quinzenal de filme e respectivo DVD

Tipo de empresa ou sector de actividade Jornal quinzenal, com 20 anos de trabalho estudantil voluntário

14 de Junho 2011 – 24 de Julho 2011

Assistente de Palco

Escola da Noite
Rua Dom Afonso Henriques, 149, 3000 Coimbra Coimbra (Portugal)

Assistente responsável por parte do cenário da peça "Teatro Menor".

Tipo de empresa ou sector de actividade Teatro

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Setembro 2008 – 15 de Setembro 2011

Licenciatura em Jornalismo

ISCED 5

Universidade de Coimbra

Jornalismo multimédia; Jornalismo de imprensa; Jornalismo radiofónico e televisivo; Análise de Média; Comunicação e escrita da Língua Portuguesa

Setembro 2011 – Setembro 2013

Mestrado

ISCTE-IUL, Lisboa (Portugal)

Investigação política; tratamento de dados em SPSS e Excel; dissertação de mestrado relativa a níveis de confiança social e política bem como aos processos de democratização na América Latina

Setembro 2012 – Junho 2013

Diploma de conclusão do XIV Seminário em Estudos Europeus

Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Lisboa (Portugal)

História da União Europeia: instituições, funcionamento e desafios.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Portuguesa

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
espanhol	B2	C1	C1	B2	B1
inglês	C1	C2	C2	C1	C1
francês	B1	C1	B1	B1	A2
italiano	B1	C1	B1	A2	A1

Níveis: A1/A2: Utilizador básico - B1/B2: utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação

Relações públicas; experiência de voluntariado pela Cruz Vermelha; competências ao nível da publicidade e marketing. Facilidade de adaptação em ambientes multiculturais ou estrangeiros, adquirida em várias viagens. Facilidade na adaptação ao campo de trabalho, com espírito de equipa desenvolvido. Capacidade de atingir soluções criativas. Comunicadora fácil.

Competências de organização	Experiência em organização de eventos. Capacidade de liderança, adquirida no Jornal A Cabra, chegando a coordenar mais de 5 pessoas por edição.
Competências informáticas	Conhecimentos excelentes e prática nos seguintes programas: Microsoft Word, Microsoft Power Point Office, QuarkXPress, Adobe Audition, Adobe Premiere, Microsoft Excel e SPSS. Noções básicas e prática em: Adobe Photoshop.
Outras competências	Na área do desporto, 2 anos de prática de ténis; 7 anos na prática de natação; 1 ano na prática de ginástica artística. Desenho; pintura a óleo, pastel, aquarela. Conhecimentos básicos de cerâmica. Escrita desenvolvida graças à experiência (trabalho jornalístico) e leituras recorrentes.
Carta de Condução	B, B1

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Conhecimentos básicos de fotografia, adquiridos no Jornal A Cabra. Colaborações com a revista Via Latina (por duas edições) e com a revista Rua Larga. Realização de alguns cartoons e ilustrações para o Jornal A Cabra